
OS MANUAIS DE ORTOGRAFIA NA HISTÓRIA DO PORTUGUÊS

Spelling Manuals in the History of Portuguese

DOI: 10.14393/LL63-v42-2026-19

Eliabe Procópio*

RESUMO: Este artigo discute a natureza dos manuais de ortografia de língua portuguesa, sua instituição como expressão de política linguística e sua pertinência ao estudo histórico do português. A discussão mostra que os manuais surgem de uma demanda social, a de uma língua alçada à posição de idioma nacional; surgem com um propósito comunicativo orientado essencialmente pela deonticidade, pautar a condução linguístico-ortográfica do falante; e surgem pelo processo da imitação, ao assumir valores e modelos explicativos da tradição gramatical clássica. O acionamento da imitatio, contudo, não impossibilita o surgimento de um material autêntico, sem correspondente direto em latim.

PALAVRAS-CHAVE: Manual de Ortografia. Política Linguística. Língua Portuguesa. Apêndice Lusitanos.

ABSTRACT: This article discusses the nature of Portuguese spelling manuals, their establishment as an expression of linguistic policy, and their relevance to the history of Portuguese. The discussion shows that these manuals arise from a social demand, that of a language elevated to the status of a national language; they emerge with a communicative purpose guided essentially by deonticity, to guide the speaker's linguistic and orthographic conduct; and they emerge through the process of imitation, adopting values and explanatory models from the classical grammatical tradition. The use of imitatio, however, does not preclude the emergence of authentic material without a direct Latin counterpart.

KEYWORDS: Spelling Manual. Linguistic Policy. Portuguese Language. Lusitanian Appendix.

1 Introdução

A história da gramatização do português tem dois objetos centrais em seu estudo, que são as gramáticas vernaculares e os dicionários gerais, instrumentos bibliográficos que ainda hoje imperam, por exemplo, no ensino de línguas. Contudo, outros instrumentos têm seu

* Doutor em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professor de Linguística e Língua Portuguesa da Universidade Federal de Sergipe. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. ORCID: 0000-0002-9766-1686. E-mail: eliabeprocopio(AT)academico.ufs.br.

protagonismo na historiografia linguística, como os manuais de ortografia e os dicionários dialetais.

Os dicionários dialetais são novidades científicas e materiais autênticos, produzidos com base na coleta, mais ou menos criteriosa, de palavras e expressões usadas por uma comunidade de fala. Esse tipo lexicográfico objetiva caracterizar a identidade linguística de seu grupo focal: o léxico dialetal como expressão de uma identidade linguística, ou mesmo de uma soberania linguística regional. Os dicionários dialetais constituem-se como uma ramificação dos dicionários gerais, registrando lexias que não integram o corpo lexical mais universal do português. A pertinência desses dicionários está no seu caráter autoral: diferentemente dos dicionários gerais que costumam (ou costumavam) copiar seus congêneres precedentes (Messner, 2007). Os dicionários dialetais são mais autorais e buscam dados mais próximos ao vulgo.

Já os manuais de ortografia são obras que surgem quase em paralelo com as gramáticas vernáculas do português, esta última surge em 1536 (*Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, de Fernão de Oliveira), aquela primeira surge em 1574 (*Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa*, de Pero de Magalhães Gandavo). A pertinência desses manuais, a exemplo dos dicionários dialetais, está também em seu caráter autoral: são obras que versam sobre um padrão gráfico para o português, e para isso acabam acionando princípios e crenças linguísticas de suas respectivas épocas.

O protagonismo desses instrumentos ortográficos deriva de sua função normativa, por isso ser possível a vinculação deles à tradição gramatical de língua portuguesa. A justificativa para o surgimento desses instrumentos é de ordem política e histórica. Os dicionários dialetais surgem num período em que os nacionalismos estavam em alta, principalmente no Brasil, fim do século XIX. Os manuais de ortografia surgem para suprir uma falta de orientação oficial sobre a expressão escrita do português. A primeira orientação oficial para a ortografia portuguesa é de 1911, liderada por Gonçalves Viana e impulsionada pela primeira República Portuguesa.

Este artigo advoga por uma ampliação dos objetos do estudo historiográfico, para além das gramáticas e dos dicionários gerais (mono- ou bilíngue), estudados também pelas ciências do léxico. Este artigo faz um recorte metodológico para sua argumentação, que é a escolha pelos manuais de ortografia, com base em que se configura o objetivo do plano argumental

deste texto, que são discutir a natureza dos manuais de ortografia e mostrar a pertinência deles ao estudo histórico da língua portuguesa.

2 A busca por um padrão ortográfico

A necessidade de uma padronização gráfica era uma condição que igualaria o português às línguas vizinhas (a exemplo do francês e do espanhol) que desempenhavam a função de idioma nacional; e cumpriria uma demanda política de criar uma ideia de coesão e identidade, através de uma grafia regular e coletiva, além de mostrar unidade frente às línguas com as quais competia direta e indiretamente, dentro e fora de suas circunscrições políticas. Essa necessidade fica mais evidente na comparação da busca por um padrão ortográfico por outros estados, como França e Espanha – além de potências políticas e militares, eram dois grandes modelos para o mundo de inspiração latina.

O francês, desde longa data, já vinha sendo objeto de regulações que o elevariam à condição de língua nacional, a exemplo do Concílio de Tours (813), em que Carlos Magno orienta o uso da língua rústica romana ou tedesca nas homilias para facilitar a compreensão da audiência; e da Declaração de Villers-Cotterêts (1539), em que Francisco I normatiza o uso do francês nos atos e nos documentos oficiais, com atuação efetiva de Geoffroy Tory, primeiro impressor real – informação nada secundária, afinal o surgimento da imprensa e sua propagação impulsionaram a estabilidade ortográfica.

Em 1550, surge uma proposta ortográfica sistematizada para o francês, com a obra *Dialogue de l'ortographe et prononciation françoese*¹, de Jean Jacques Pelletier, cuja orientação foneticista destoava do padrão latinizante adotado pelo estado francês desde seu início (Catach, 1973; Piron, 2020). O surgimento da Academia Francesa, no ano 1635, funciona como grande vetor da padronização ortográfica do francês.

Há duas justificativas para a busca por um padrão ortográfico para o francês. A primeira são as disputas políticas internas, que envolviam as línguas minoritárias. E a segunda é o processo de substituição do latim pelo francês como língua diplomática, o que implicava a regularização do uso do francês e de sua grafia, para além das fronteiras gálicas.

¹ Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b8624649n>

O espanhol inicia suas regulações no reinado de Afonso X de Castela (1252-1284), período em que o castelhano passa a ocupar a função do latim nos atos e nos documentos oficiais. Além dessa esfera oficial, o incentivo era que o idioma vernáculo ocupasse a escrita nas esferas literárias e científicas. Esse processo orienta-se pela norma afonsina, que estabeleceu o primeiro modelo oficial para a ortografia castelhana; e objetivava criar um espaço semelhante àquele do *latinitas* (Moure, 2000).

Dos Séculos de Ouro (sécs. XVI e XVII) em diante, a língua espanhola recebe outras propostas ortográficas, como *Reglas de ortografia de la lengua castellana* (1517), de Antonio de Nebrija; *Tractado de orthographía y accentos en las tres lenguas principales* (1531), de Alejo Venegas; *Orthographia y pronunciacion castellana* (1582), de Juan López de Velasco... a lista é bem extensa². Dessa lista, merece destaque *Ortografía de la lengua española* (1741), publicado pela Real Academia de la Lengua (1713) e antecedido pelo *Discurso proemial de la orthografia*, de 1726. O destaque se deve à explicitude funcional do manual, que é regulamentar oficialmente a escrita da língua espanhola.

Há duas justificativas para a busca por um padrão ortográfico para o espanhol. A primeira são as disputas políticas internas, que envolviam não só as línguas ibéricas sob o domínio de Castela, mas também o português, que sofreu grande influência cultural da língua espanhola, muito além dos 80 anos em que Portugal e suas colônias estiveram sob o domínio filipino, durante a União Ibérica (1580-1640). As disputas políticas também se prolongaram para a América, onde a transplantação do espanhol implicou o contato e o confronto com as línguas nativas. O poder político do império espanhol contava com a sistematização ortográfica da língua, afinal a língua era amiga do império³, e a disseminação dela era um testemunho da presença do estado espanhol. O império espanhol não conseguia normatizar a dialeção do espanhol, mas conseguiu reger a escrita dessa língua multivarietal e policêntrica.

A segunda justificativa está no campo diplomático. Se o francês substituiu o latim na diplomacia internacional, o espanhol substituiu o latim como língua diplomática na Península: os tratados estabelecidos pela corte espanhola com as outras cortes ibéricas, eram escritos em

² No portal da Real Academia de la Lengua, há um repositório com a edição fac-similar de vários manuais de ortografia. <https://www.rae.es/archivos-digitales/ortografias?page=3>

³ “lingua amica imperii” - Célebre frase de Nebrija, que consta na dedicatória de sua gramática castelhana.

espanhol, em casos específicos eram escritos em espanhol e português, cada um como língua veicular de seus respectivos estados. Um exemplo disso é o Tratado de Tordesilhas (1494), escrito apenas em espanhol e português. Os outros tratados feitos por Espanha e Portugal com outros países seguiam a tradição de escrita latina e a consecutiva tradução espelhada para as línguas nacionais (Procópio, 2020).

O português tem como marco histórico o reinado de Dom Dinis I de Portugal (1279-1325), que se destaca pelo desenvolvimento da identidade nacional através da delimitação das fronteiras e pela organização do estado português, com a implementação de políticas econômicas, a criação da Ordem de Cristo e a nacionalização das ordens militares, por exemplo (Osório, 1993). A organização do estado português implicou diretamente a oficialização do português (ou galaico-português) como idioma nacional. Em razão disso, D. Dinis assume o papel de grande incentivador das letras, inclusive como autor importante da poesia trovadoresca; manda traduzir obras religiosas e seculares para o português (a exemplo da Escola de Tradutores de Toledo), dentre outras ações.

A oficialização do português, a organização da administração pública e o incentivo às artes foram fundamentais para a gramatização do português. Numa análise mais ampla, foram fundamentais também para a sistematização ortográfica do português, afinal entes públicos, cultos e letrados estavam conformando uma identidade gráfica para o idioma nacional⁴.

A sistematização ortográfica do português tem como marco os manuais de ortografia⁵. Numa comparação panorâmica, esse processo se inicia quase em paralelo temporal com o espanhol, língua com a qual o português manteve intensas relações culturais, inclusive tomando-a por inspiração – disso testemunha o bilinguismo literário de escritores portugueses, nos séculos XVI e XVII.

No lado espanhol e francês, o processo da sistematização ortográfica teve respaldo oficial, constituindo-se numa política linguística *in vitro*. No lado lusitano, a sistematização

⁴ Resposta possível a um questionamento feito pela profa. Dra. Soledad Fajardo (Universidade do Chile), cuja audiência qualificada indagou sobre a influência de D. Dinis I de Portugal na sistematização ortográfica do português, em analogia às políticas de Afonso X de Castela.

⁵ A listagem desses manuais é apresentada por XXXXX. Ao leitor mais interessado, recomendo conhecer as coleções historiográficas do Centro de Estudos em Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto-Douro - <https://www.utad.pt/cel/en/home/cel-collections/>.

ortográfica é uma iniciativa de entes privados, são diversos indivíduos que escrevem seus manuais por determinação própria, cada autor assume para si o empreendimento da regulação gráfica do seu vernáculo, constituindo-se numa política linguística *in vivo* – terminologia oriunda de Calvet (2007).

A busca por um padrão ortográfico do português justifica-se pelo viés político, a necessidade de o estado português ter uma língua oficial e amparada por peças bibliográficas que funcionassem como balizadores da língua, como gramáticas e dicionários; e por uma tradição literária, de que participam obras técnico-científicas – essa tradição literária foi uma grande vantagem na disputa linguística quando da transplantação do português na América.

A justificativa é também pelo viés diplomático, a língua do estado português deveria estar nas mesmas condições das outras línguas de cultura do espaço europeu, a língua transplantada pelos colonizadores deveria estar normatizada internamente e só assim estar apresentada como uma entidade uniforme: os manuais de ortografia colocam no papel as crenças que circulavam na memória coletiva dos intelectuais lusitanos, e as preferências gráficas rotinizadas pelas penas e pelos impressores.

3 A natureza dos manuais de ortografia

Os manuais de ortografia são obras que surgem no começo do século XVI e se perpetuam nos séculos seguintes. São obras que propõem uma normatização para a grafia de língua portuguesa, num momento em que imperava uma associação muito direta entre grafia e língua. Devido a isso, esses manuais acabam por discutir também ideias gramaticais que acionavam questões etimológicas, históricas e, principalmente, sociais, tudo isso orientado pelas noções certo/errado. Em alguns momentos, a leitura desses manuais lembra a estética e a orientação teórica de uma gramática tradicional, o que reforça o seu viés prescritivista.

Esses manuais surgem da necessidade de o português ter um padrão gráfico que lhe desse uma coesão representacional, como um indicativo de uma coesão também nacional em torno do poder político imperial. Nessa perspectiva, os manuais de ortografia representam uma

“intervenção politicamente motivada nos interesses linguísticos da comunidade”⁶ e uma “regulação da prática comunicativa de uma comunidade social por um grupo que exerce ou busca hegemonia linguístico-cultural sobre ela” (Bochmann, 1993, p. 3 e 7).

É pertinente correlacionar o estudo dos manuais à teoria das políticas linguísticas, porque são diversas as manifestações das políticas de orientação linguística, o que exige um quadro teórico cujas categorias expliquem as causas e as consequências das escolhas dos indivíduos (pessoa ou instituição), e expliquem também o desenvolvimento das línguas como sistemas comunicativos moldados por instrumentos e decisões políticas, e outras complexidades sociais envolvidas no disciplinamento do uso da língua.

Os manuais de ortografia representam um projeto político de uma língua mais ou menos ágrafa, afinal as línguas neolatinas não tinham uma grafia própria, elas se valeram do padrão gráfico latino, devido à relação filogenética⁷, para representar a novidade dialetal derivada do contato dos vários latins vulgares com as outras línguas nativas do espaço europeu.

A escrita de uma língua deriva de um cálculo político, não de um consenso natural e lhamo em suas pretensões. O moçárabe, por exemplo, era também uma variedade dialetal românica, mas de grafia arabesca – escrita aljamiada. O romeno, outra língua latina, adotou a grafia cirílica em alguns momentos de sua história, em razão de sua proximidade política e geográfica com as línguas eslavas. Outro exemplo, não latino mas alinhado a esta argumentação, é a língua turca, que substituiu o alfabeto árabe (o alifato) pelo latino, em 1928, por uma opção política orientada pelo objetivo de aproximar a cultura turca da ocidental.

A adoção ou, melhor dito, a manutenção do alfabeto latino pelas línguas românicas não é algo natural, inconsciente, inevitável e espontâneo; mas representa uma opção política por aquilo que mais aproximaria os povos de fala românica ao legado latino. Os manuais de ortografia surgem para reforçar uma escolha gráfica solidificada e consensualizada, porém ainda instável por haver uma diversidade de tradições gráficas, cada uma delas relacionadas a um centro político ou a um grupo de poder.

⁶ No original: Der politisch motivierte Eingriff in die sprachlichen Belange von Gemeinschaft [...] & “Regelung der kommunikativen Praxis einer sozialen Gemeinschaft durch eine Gruppe, die sprachlich-kulturelle Hegemonie über diese ausübt bzw. anstrebt”

⁷ Cabe até falar da relação lexicogênica, em que o latim ocupa a posição de língua lexificadora, contudo é preciso atrelar a formação dos romances à criouliização, o que não é tão pacífico na disciplina História da Língua.

Os manuais de ortografia representam uma política linguística porque materializam a escolha por modelos gráficos e atitudinais, a essência deles é deôntica por objetivar interferir na conduta gráfica e no comportamento linguístico dos falantes de português, sejam eles alfabetizados ou não – o grupo dos analfabetos era a maioria nesse período histórico.

Como expressão de política linguística, os manuais são conduzidos por escolhas na dimensão das práticas, das crenças e do planejamento (Spolsky, 2004). No campo das escolhas, os manuais reúnem preferências ortográficas, e aqui o prefixo grego “ort(o)-” não deixa dúvidas quanto ao propósito deôntico e à utilização injuntiva, afinal seu campo semântico agrupa adjetivos, como: reto, direito, correto, normal, justo, levantado, direto etc. – palavras cativas ao discurso dos ortógrafos. No campo das crenças, os manuais convocam as ideologias linguísticas do seu tempo, congregando convicções gráficas e gramaticais compartilhadas por boa parte da elite cultural portuguesa, como a vinculação da língua portuguesa às feições gráficas das línguas clássicas, em especial a latina. E no campo do planejamento, os manuais representam um esforço de sistematizar e colocar no papel as crenças sobre como deveria ser a grafia portuguesa, e consecutivamente propagar essa obrigação convencionada à comunidade.

A sistematização ortográfica é uma das etapas de um planejamento linguístico (Cooper, 1989), que objetiva a estabilização e o consecutivo reconhecimento de um sistema linguístico como um idioma, uma língua cujas funções sociais possibilitaram sua ascensão à categoria vernacular. Os manuais ortográficos portugueses são, portanto, peças de uma política linguística promovida pelos indivíduos à sua comunidade.

Duas constâncias dos manuais de ortografia do português são o acionamento de motivações etimológicas (dimensão histórica) e a referência a práticas gráficas comuns à literatura canônica do português, do espanhol e do latim (dimensão social), o que demonstra uma preocupação dos ortógrafos em recuperar rotinas gráficas que são familiares e plausíveis ao consulente. No fundo, essa preocupação é um procedimento metodológico e didático do âmbito da cognição e da pragmática: a prescrição de padrões gráficos atípicos e inusuais ao português – e isso houve – poderia gerar mais esforço cognitivo e estranhamento ou descrédito às propostas ortográficas.

4 Os dados sociolinguísticos dos manuais de ortografia

O estudo desses manuais não pode desconsiderar o momento histórico. Nos séculos XVI e XVII, expandia-se o império português, cujo sucesso dependia também da transplantação da língua portuguesa para as colônias, processo que se materializa mais claramente durante o período pombalino. Seria muito difícil ou mais complicada a implantação de uma língua indisciplinada, que não dispunha de uma sistematização de suas regras de uso.

Assumindo isso como uma demanda política (interna e externa), diversos autores passaram a produzir esse tipo de material bibliográfico que se configura como um instrumento da política linguística do período moderno, a exemplo de: *Orthographia da Lingoa Portuguesa* (1576), de Duarte Nunes Leão; *Orthographia, ou modo para escrever certo na lingua portuguesa*, Álvaro Ferreira de Vera (1631); e *Ortografia da Lingua Portuguesa*, de João Franco Barreto (1671).

Em todos esses manuais, impera a imitação do modelo clássico, em especial o latino.

A imitação, algo aparentemente negativo, era uma técnica de produção do conhecimento no mundo greco-latino, é um procedimento defendido pela filosofia de tradição socrática e sistematizado e ensinado pelas artes poéticas. A *imitatio* apresenta-se em fases, uma transformativa, marcada pela busca e pela reprodução de bons exemplos; uma dissimulativa, própria à imitação, porém mais marcada pelo disfarce das semelhanças entre a fonte e a imitação; e outra erística, marcada pela superação da imitação (Pigman III, 1980, p. 3 e 4).

A imitação constituía-se como modo de produção do conhecimento, no sentido de que os ortógrafos precisavam adotar um paradigma científico para seu empreendimento normativo. O modelo de descrição mais avantajado e mais adjacente era o da gramática tradicional, conhecido e reconhecido pela elite política e cultural, e aceito como um exemplo bom à neolatina portuguesa. O processo da imitação implica também o da emulação (*emulatio*): os ortógrafos se inspiram na ortografia latina, porém avançam (porque era preciso) com uma proposta mais próxima ao padrão sonoro do português, principalmente porque dominavam e concorriam as crenças de uma escrita orientada pela etimologia e pela audição.

Em razão da imitação, os ortógrafos usam como modelo a linguagem dos autores reconhecidos (*auctoritas*) e os mais antigos (*uetusta*), o que possibilita identificar as

autoridades literárias de suas respectivas épocas, em especial as mais influentes no pensamento gramatical. Esse modelo apresenta, então, autores que eram balizas dos usos da língua da escrita, principal testemunho da história da língua.

Em razão da imitação, os ortógrafos precisavam superar o modelo clássico. Para tanto, eles apresentam *usus* de suas realidades linguísticas, afinal o seu objeto de estudo era o português, não o latim, muito menos o grego; e recheiam os seus manuais com dados da escrita e da fala portuguesa quinhentista, seiscentista... afinal, eles associavam diretamente ambas as modalidades: “Porque a boa ortografia consiste em escrever, como pronunciamos: e da mesma maneira pronunciar como escrevemos” (Vera, 1631, p. 35). E novamente, os manuais demonstram sua filiação à tradição gramatical, através dos princípios quintilianos de escrever corretamente (*recte scribendi*) e pronunciar corretamente (*recte pronunciandi*).

A oferta de exemplos aos consulentes encontra explicação não só pelo mecanismo da imitação, mas também pela função pedagógica desses manuais. Por isso, em muitos deles, há uma seção que lista palavras pronunciadas de forma errada e seu correspondente correto, elas vêm dispostas em duas colunas, uma evidente imitação do modelo latino do *Appendix Probi*.

Esse modelo normativista é orientado pela pronúncia, expresso pelo léxico, organizado por colunas e perpetuado ainda hoje por inúmeros gramáticos (também leigos e curiosos da língua), e representa a criação de uma vertente da tradição gramatical, os apêndices lusitanos, inaugurado por Leão (1576) – “Reformação de algũas palauras que a gente vulgar usa & screue mal” –, e repetido por outros ortógrafos, a exemplo de Barreto (1671) – “Advertencias en orden a emendar, e melhorar as palavras, que a inorancia do vulgo tẽ corrutas”. Essa vertente gramatical repete as características textuais (organização) e discursivas (propósito) do *Appendix* no português, o que lhe possibilita o rótulo de apêndices lusitanos (Procópio, 2014; Procópio; Rocha, 2022).

Com a diferença de quase um século, Leão (1576) e Barreto (1671) registram em seus apêndices quase os mesmos erros ortográficos, que, na realidade, são variações fonéticas. Esses registros são exemplos de monotongação (abaixar/abaxar; resíduo/resido; ocioso/oucioso; alheyo/alheo), lambdacismo (arbitro/alvidro; armário/almario), rotacismo (fleyma/freima; negligente/negrigente), sonorização (arbitrar/alvidrar; batizar/boutiçar; frenético/farnetego), nasalização (exemplo/exemplo; executar/enxucatar), dentre outros

fenômenos, alguns dos quais persistem no português contemporâneo. São exemplos que os autores coletaram de suas práticas comunicativas, são exemplos que possibilitam, inclusive, o rastreamento cronológico de algumas variações linguísticas.

Mesmo com propósito prescritivista e recomendações diversas à conservação da língua, os manuais reconhecem que a língua portuguesa não é pura, no sentido de ter influências lexicais de outras línguas. Sobre isso, afirma Barreto (1641, p. 29): “muytos vocabulos, que temos dos Latinos, Gregos, Arabes, Francezes, Italianos, Alemaães, Hebreos, Syros, Godos, & outros nossos antigos, aonde se podem ver, porque ã fim nã ha lingoagem pura, & sã mistura de outras linguas”. Esse comentário é importante porque seu autor adota uma perspectiva cristã para falar da origem das línguas, inclusive associando as línguas ibéricas aos descendentes de Noé. Em sua visão, a língua é uma dádiva divina, e a corrupção dela (as variações) são atentados a uma criação divina.

5 Conclusão

A historiografia linguística tem ampliado a lista de seus objetos de estudos, porque apesar de haver movimentos ideológicos compartilhados pelo pensamento ocidental, cada contexto social tem suas especificidades que potencializam ou não a disseminação daqueles. A micro-história apresenta-se, inclusive, como uma possibilidade técnica para a historiografia brasileira descrever recortes desse paradigma ocidental, com o objetivo de contextualizar melhor o processo de implantação do português no Brasil e a constituição de instrumentos gramaticais que buscam disciplinar essa língua.

Os manuais de ortografia são instituições autênticas, não havendo correspondente direto na tradição gramatical clássica. O surgimento deles deriva da demanda social por uma padronização gráfica para línguas que foram alçadas à posição de idioma nacional. Na realidade, eles surgem como um reconhecimento de que os romances eram continuidades do latim, algo necessário para imprimir prestígio a línguas vulgares, sem valor cultural.

Os manuais de ortografia surgem com uma essência deôntica, a de prescrever um modelo gráfico àqueles que manuscreviam ou imprimiam, e ainda aos falantes, ou seja, o planejamento ortográfico alcançava a modalidade escrita e falada da língua portuguesa. Eles mostram que as pessoas letradas estavam ideologicamente alinhadas ao propósito político de

organizar a expressão gráfica do português. Seus autores fizeram uma escolha pessoal, a de propor uma escrita coletiva, nem que para isso tivessem de recorrer ao padrão latino (já mais distante do português) ou castelhano (já mais próximo do português), dois modelos ortográficos muitos recorrentes nos manuais.

Os manuais de ortografia são fontes importantes para o estudo histórico da língua portuguesa, porque sua metodologia implica quase sempre o contraste entre uma proposição gráfica de orientação clássica (etimológica ou pseudoetimológica), o que, às vezes, conduz a uma hipercorreção; e uma proposição gráfica de orientação mais popular (fonética ou de inspiração fonética). Esse contraste evidencia variações linguísticas de seu tempo, muitas das quais foram importadas ao Brasil e muitas outras desapareceram ou persistiram.

Referências

BARRETO, João Franco. **Ortografia da Lingua Portugueza**. Lisboa: João da Costa, 1671.

BOCHMANN, K. (ed.). **Sprachpolitik in der Romania**. Berlin; New York: de Gruyter, 1993.
<https://doi.org/10.1515/9783110859416>.

CALVET, L. J. **As políticas linguísticas**. Tradução de Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfene e Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial. 2007.

CATACH, N. Notions actuelles d'histoire de l'orthographe. **Langue française**, n. 20, p. 11-18, 1973. <https://doi.org/10.3406/lfr.1973.5649>.

COOPER, R. **Language planning and social change**. Cambridge: University Press, 1989.
<https://doi.org/10.1017/CBO9780511620812>.

LEÃO, Duarte Nunes. **Orthographia da Lingoa Portuguesa**. Lisboa: João de Barreira, 1576.

MESSNER, D. Os dicionários portugueses, devedores da lexicografia espanhola. **Península**, Porto, n.º 4, p. 147-151, 2007.

MOURE, J. L. La política lingüística alfonsí y los límites de la estandarización. **Olivar**, n. 1, v. 1, p. 161-170, 2000.

OSORIO, J. A. D. Dinis: o rei, a lingua e o reino. **Máthesis**, n. 2, p. 17-36, 1993.
<https://doi.org/10.34632/mathesis.1993.3694>.

PIGMAN III, G. W. Versions of Imitation in the Renaissance. **Renaissance Quarterly**, Cambridge, n. 33, v. 1, p. 1-32, 1980. <https://doi.org/10.2307/2861533>.

PIRON, S. L'orthographe moderne au fil des siècles dans les grammaires: de l'intervention en orthographe à la consignation de l'orthographe. **Cahiers de praxématique**, n. 74, 2020.

<https://doi.org/10.4000/praxematique.6344>.

PROCÓPIO, E. **Análise retórica do gênero Tratado de Fronteira**: Brasil e países sul-americanos. 174f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho' (UNESP). Araraquara, 2020.

PROCÓPIO, E. Appendix probi português. **Palimpsesto**, Rio de Janeiro, v. n. 19, p. 444-458, 2014.

PROCÓPIO, E.; ROCHA, F. H. A tradição dos apêndices lusitanos - um exemplo do século XVII. **Revista Diálogos**, Cuiabá, v. 10, p. 58-76, 2022.

SPOLSKY, Bernard. **Language policy**: key topics in Sociolinguistics. Cambridge: Cambridge Press University, 2004.

VERA, Álvaro Ferreira de. **Orthographia, ou modo para escrever certo na lingua portuguesa**. Lisboa: Mathias Rodriguez, 1631.

Recebido em: 26.08.2026

Aprovado em: 25.02.2026